

1.2 — Conferir posse aos titulares de cargos de direcção intermédia;

1.3 — Autorizar a inscrição e participação de funcionários em congressos, seminários, estágios, reuniões, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas semelhantes de reconhecido interesse que se realizem no estrangeiro, as quais devem envolver o número de funcionários estritamente necessário e não prejudicar o normal funcionamento dos serviços;

1.4 — Conceder a equiparação a boseiro, dentro e fora do País, nos termos, respectivamente, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 282/89, de 23 de Agosto, desde que não implique a necessidade de novo recrutamento;

1.5 — Autorizar a prestação de trabalho em dias de descanso semanal, de descanso complementar e em feriados, prevista no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, bem como a prestação de trabalho extraordinário ao abrigo da alínea d) do n.º 3 do artigo 274.º do mesmo diploma;

1.6 — Conceder licenças sem vencimento por um ano e de longa duração, previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, bem como autorizar o regresso ao serviço nos casos de licenças de longa duração e de acompanhamento do cônjuge colocado no estrangeiro, nos termos do n.º 2 do artigo 82.º e do n.º 2 do artigo 88.º do referido diploma;

1.7 — Aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos referidos no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

1.8 — Proceder à constituição de fundos permanentes de dotações de pessoal (ajudas de custo).

2 — Consideram-se ratificados todos os actos praticados pela secretária-geral, licenciada Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor, a partir do dia 12 de Março de 2005, no âmbito dos poderes ora delegados, até à data do presente despacho.

1 de Junho de 2006. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 14 592/2006

Por despacho de 19 de Junho de 2006 da secretária-geral do Ministério da Cultura a bacharel Margarida da Glória Neves Silva, técnica profissional de 2.ª classe da carreira de assistente de relações públicas do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária, desde 9 de Junho de 2005, como técnica estagiária, foi reclassificada como técnica de 2.ª classe da carreira técnica do mesmo quadro, ficando posicionada no escalão 1, índice 295, da escala salarial da referida categoria, com efeitos a 19 de Junho de 2006.

23 de Junho de 2006. — A Secretária-Geral, *Fernanda Soares Heitor*.

Instituto das Artes

Aviso (extracto) n.º 7720/2006

Por despacho do director do Instituto das Artes de 22 de Junho de 2006, Pedro Nuno de Matos Barbosa foi nomeado, com provimento definitivo, na categoria de técnico superior principal da carreira de consultor jurídico do quadro deste Instituto, na sequência do concurso interno de acesso limitado, considerando-se exonerado no lugar que vem ocupando a partir da data da aceitação.

23 de Junho de 2006. — O Director, *Jorge Vaz de Carvalho*.

Aviso (extracto) n.º 7721/2006

Por despacho do director do Instituto das Artes de 23 de Junho de 2006, Miquelina Cabrito Nunes foi nomeada, com provimento definitivo, na categoria de técnica de 1.ª classe, do quadro deste Instituto, na sequência do concurso interno de acesso limitado, considerando-se exonerada do lugar que vem ocupando a partir da data da aceitação.

27 de Junho de 2006. — O Director, *Jorge Vaz de Carvalho*.

Instituto Português de Arqueologia

Despacho (extracto) n.º 14 593/2006

Por despacho de 21 de Junho de 2006 do director deste Instituto, Dalila Susana da Rocha Correia, técnica profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional do quadro de pessoal do Parque Arqueológico do Vale do Côa, transita para a categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira de arqueólogo do mesmo quadro

de pessoal, na sequência de reclassificação profissional, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 497/99, na aplicação do disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com efeitos à data da publicação no *Diário da República*, ficando exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar.

22 de Junho de 2006. — A Chefe de Repartição, *Leopoldina Cova*.

Despacho (extracto) n.º 14 594/2006

Por despacho de 21 de Junho de 2006 do director deste Instituto, obtida a anuência do serviço de origem, Susana Maria Piteira Palhas, assistente administrativa principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, foi nomeada, por transferência, para lugar de idênticas categoria e carreira do quadro de pessoal do Instituto Português de Arqueologia, ficando exonerada do lugar de origem a partir da data da aceitação do novo lugar.

23 de Junho de 2006. — A Chefe de Repartição, *Leopoldina Cova*.

Instituto Português de Museus

Aviso n.º 7722/2006

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, torna-se público que, por despacho de 2 de Junho de 2006 do director do Instituto Português de Museus, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de técnico profissional principal da carreira técnico-profissional de museografia no quadro de pessoal do Museu do Abade de Baçal, aprovado pela Portaria n.º 824/93, de 8 de Setembro.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Conteúdo funcional — o técnico profissional de museografia executa, sob orientação de um conservador ou técnico superior, trabalhos diversos nas áreas da conservação preventiva, inventariação, estudo, exposição e comunicação do património cultural.

4 — Local de trabalho — Rua do Conselheiro Abílio Beça, 27, 5300-011 Bragança.

5 — Prazo de validade — o concurso é válido até ao preenchimento do lugar, esgotando-se com o seu preenchimento.

6 — Vencimento e regalias — o vencimento é o fixado nos termos do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

7.1 — Requisitos gerais — podem ser opositores ao presente concurso candidatos vinculados à função pública desde que se encontrem nas condições previstas no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais:

Ser funcionário de qualquer serviço ou organismo da administração central;

Encontrar-se nas condições previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2001, de 15 de Fevereiro.

8 — Método de selecção — a selecção dos candidatos será feita mediante avaliação curricular.

Na avaliação curricular serão apreciados os seguintes factores:

- Habilitação académica de base;
- Experiência profissional;
- Formação profissional;
- Avaliação do desempenho.

8.1 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

Em caso de igualdade de classificação, a ordenação dos candidatos resultará da aplicação dos critérios de preferência constantes dos n.ºs 1 e 3 do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9 — Candidaturas:

9.1 — Forma — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento de acordo com o Decreto-Lei n.º 112/90, de 4 de Abril (folhas de papel normalizado, branco ou de cores pálidas, de formato A4 ou em papel contínuo), dirigido ao director do Instituto Português de Museus, Palácio Nacional da Ajuda, 1300 Lisboa, entregue pessoalmente ou remetido pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa (nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, morada e número de telefone);
- b) Habilitações literárias;
- c) Referência ao concurso a que se candidata;
- d) Experiência profissional, tratando-se de candidatos vinculados, menção expressa da categoria que o candidato detém, serviço a que pertence, natureza do vínculo, tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública.

9.2 — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade;
- d) Declaração autenticada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, da qual constem a categoria, a carreira e o vínculo, bem como o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública, o escalão detido e a especificação pormenorizada das tarefas que lhe estiveram cometidas no mesmo período, bem como as classificações de serviço relevantes para efeitos do presente concurso, na sua menção quantitativa e qualitativa.

cações de serviço relevantes para efeitos do presente concurso, na sua menção quantitativa e qualitativa.

9.3 — A não instrução do processo de candidatura nos termos dos n.ºs 9.1 e 9.2 do aviso de abertura determina a exclusão do concurso.

10 — Os candidatos pertencentes ao Museu do Abade de Baçal ficam dispensados da apresentação dos documentos que já constarem dos respectivos processos individuais, nos termos do n.º 5 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 Julho.

11 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer dos candidatos, no caso de dúvida sobre a situação que descreveram, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

12 — As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

13 — O local de afixação da relação de candidatos e da lista de classificação final será o Museu do Abade de Baçal e o Instituto Português de Museus.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado João Manuel Neto Jacob, director, substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo. Vogais efectivos:

Licenciada Georgina Maria Rodrigues Pinto Pousa Rodrigues, professora requisitada no Museu Abade de Baçal.

Licenciado Osvaldo Adérito Régua, director dos Serviços Sociais do IPB.

Vogais suplentes:

Vítor Alexandre F. Bravo, professor da Escola Secundária Abade de Baçal.

Maria de Jesus Machado Lopes, delegada distrital da DGV.

16 de Junho de 2006. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Adília Crespo*.



PARTE D

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Aviso n.º 7723/2006

Pelo despacho n.º 21/06-GP, de 7 de Junho, do conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, foi nomeada auditora-chefe do Departamento de Apoio Técnico da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, em comissão de serviço, com efeitos a partir de 1 de Julho e até 31 de Dezembro de 2007, a auditora Maria Susana Ferreira da Silva, ao abrigo do disposto no artigo 74.º, n.º 1, alínea m), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, e nos artigos 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro.

Junta-se nota curricular da nomeada.

29 de Junho de 2006. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares*.

Nota curricular de Maria Susana Ferreira da Silva

1 — Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

2 — Iniciou funções no Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (SRMTC) em 14 de Fevereiro de 1992 como estagiária da carreira técnica superior, na qual foi promovida, sucessivamente, até técnica superior principal. Em 1 de Dezembro de 1999 transitou desta para a carreira/categoria de técnico verificador superior principal.

3 — Ao longo daquele período de mais de oito anos exerceu funções no âmbito do controlo financeiro sucessivo dos fundos e serviços da administração central, regional e autárquica sediados na RAM.

4 — Em 17 de Julho de 2000 foi nomeada chefe de divisão do Departamento de Apoio Instrumental da SRMTC (abrangendo as áreas da gestão financeira, da gestão e formação de pessoal, dos sis-

temas e tecnologias de informação, do arquivo, documentação e informação e da secretaria), onde se manteve até ao presente.

5 — Desde 21 de Setembro de 2000 exerce, por inerência, funções de vogal do conselho administrativo da SRMTC.

6 — Em 8 de Janeiro de 2003 ingressou na carreira de auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do SRMTC.

Secção Regional da Madeira

Despacho n.º 14 595/2006

Tendo sido nomeado novo chefe de divisão para o Departamento de Apoio Instrumental do Serviço de Apoio (SAM) da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (SRMTC), determino, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, sob proposta do subdirector-geral, que, a partir de 1 de Julho de 2006, o conselho administrativo da SRMTC passe a ter a composição seguinte:

Presidente — José Emídio Gonçalves, subdirector-geral do SAM. Vogais efectivos:

Ana Mafalda Nobre dos Reis Morbey Affonso, auditora-coordenadora do SAM.

Patrícia Maria Nunes Ferreira da Silva, chefe de divisão do DAI do SAM.

Vogais substitutos:

Maria Susana Ferreira da Silva, auditora-chefe do SAM.

Alberto Miguel Faria Pestana, auditor-chefe do SAM.

Publique-se no *Diário da República*, afixe-se no lugar de estilo e divulgue-se na *intranet* do Tribunal de Contas.

16 de Junho de 2006. — O Juiz Conselheiro, *Manuel Roberto Mota Botelho*.